

## **A condução da crise sanitária da Covid-19 pelo governo Bolsonaro: efeitos sobre os povos indígenas e a Floresta Amazônica**

Mateus Webber Matos<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo é compreender as relações entre os diferentes governos brasileiros e os povos indígenas nos últimos 20 anos, com ênfase na administração Bolsonaro e em meio à pandemia de Covid-19. Assim, pergunta-se: de que maneira os indígenas e a floresta amazônica foram afetados pela condução da crise da Covid-19 pelo governo Bolsonaro? Será realizada pesquisa bibliográfica a partir de uma metodologia qualitativa. Concluiu-se que Bolsonaro incentivou a ocupação ilegal de áreas demarcadas, ignorou incêndios criminosos na Amazônia e desencorajou a imunização contra a Covid-19.

**Palavras-chave:** Bolsonaro; Amazônia; Povos Indígenas.

## **The Bolsonaro government's handling of the Covid-19 health crisis: effects on indigenous peoples and the Amazon Forest**

**Abstract:** The objective is to understand the relations between different Brazilian governments and indigenous peoples in the last 20 years, with an emphasis on the Bolsonaro administration and during the Covid-19 pandemic. In this sense, it is asked: in what way have indigenous people and the Amazon Forest been affected by the Bolsonaro government's handling of the Covid-19 crisis? A bibliographical research will be conducted based on a qualitative methodology. It was concluded that Bolsonaro encouraged the illegal occupation of demarcated areas, ignored criminal fires in the Amazon and discouraged immunization against Covid-19.

**Keywords:** Bolsonaro; Amazon Rainforest; Indigenous Peoples.

### **Introdução**

No Brasil, a eleição de Jair Messias Bolsonaro, em outubro de 2018, representou não apenas uma continuidade, mas também a agudização do contexto de vulnerabilidade de populações indígenas. Isso porque identifica-se não só a persistente queda dos investimentos em órgãos públicos (como a FUNAI, por exemplo) na proteção das vidas e territórios desses povos como também um fortalecimento do discurso do presente governo contra os direitos indígenas, assegurados pela Constituição Federal de 1988. É correto afirmar que desde o final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1998-2002), ocorreu certa marginalização de algumas demandas indígenas, tais como a demarcação e homologação de terras.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Relações Internacionais e Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O quadro se intensificou com Bolsonaro, tendo em vista a postura instável e, muitas vezes, hostil com as demandas de grupos sociais marginalizados adotada pelo presidente e por alguns de seus ministros e assessores. Arelado à questão indígena, ressurgiu o discurso de que a Amazônia brasileira é exemplo internacional de preservação de florestas, e que, sobretudo em virtude de suas vastas riquezas minerais, precisa ser explorada de maneira “sustentável”. Logo após sua eleição, em 2018, Bolsonaro afirmou que, por serem comunidades menos desenvolvidas, os indígenas desejariam “viver como nós” (G1, 2018). Tal declaração não é apenas discriminatória como também indica incompreensão acerca da riqueza das culturas indígenas e o conhecimento que possuem sobre o território no qual habitam há séculos.

O primeiro ano de Bolsonaro na presidência (2019) já indicava a deterioração da situação indígena, a partir do aumento de queimadas na Amazônia, do desrespeito à demarcação de suas terras, do encolhimento dos investimentos públicos na preservação de suas culturas e de uma acentuação dos conflitos com garimpeiros e grandes produtores rurais. Para além disso, em setembro de 2019, durante sua fala de abertura na 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas, Bolsonaro criticou lideranças indígenas e apresentou dados imprecisos sobre o desmatamento amazônico, gerando ainda constrangimento e animosidade com parceiros europeus responsáveis pelo auxílio ao combate à devastação da floresta.

O ano de 2019, contudo, ainda não havia terminado. Os últimos meses do ano apresentaram ao mundo uma doença com altas taxas de contágio, transmissibilidade e letalidade: a Covid-19. A doença, originada da contaminação pelo coronavírus, atingiu o Brasil ao longo de 2020. Alguns estratos populacionais foram mais afetados tanto pela falta de recursos quanto pela de assistência e, dentre eles, destacam-se as comunidades indígenas, principalmente aquelas localizadas nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Roraima, Pará e Acre (APIB, 2021). Não por acaso, a maioria desses estados está inserida na Região Norte, historicamente negligenciada pelos governos federais.

O panorama se deteriorou em 2021. Desde o início do processo de vacinação no Brasil, estipulou-se prioridade para indígenas. O que se vê, ao contrário, é que menos de 39% do contingente previsto foi imunizado (DANTAS, 2021). São conjunturas excepcionais como a crise sanitária atual que podem evidenciar e até aprofundar desigualdades sociais, econômicas e políticas. Na busca pela sobrevivência, as populações indígenas encontram agora dois obstáculos: o descaso do atual governo e um vírus mortal.

### **A situação dos povos indígenas no Brasil sob os governos do PT**

A década de 2000, em especial os governos Lula (2003-2010), foi de avanços e retrocessos em relação às representatividades (política, econômica, social e cultural) dos povos indígenas. Uma das principais lutas dessas populações foi pelo reconhecimento de suas características culturais diferenciadas (COSTA, 2010). Essa era uma das demandas que esbarravam na reduzida participação de índios no cenário político nacional, o que prejudicava a construção de debates mais profundos sobre o tema. Além disso, outras reivindicações passavam pelo aumento da inclusão nas universidades públicas, demarcação de terras e proteção às suas atividades produtivas.

No que diz respeito à primeira delas, foram criados o Programa Cultura Viva (PCV) e o Programa Universidade para Todos (ProUni), ambos em 2004. O PCV – fruto de iniciativas do hoje extinto Ministério da Cultura – tinha por objetivo promover o diálogo sobre as inúmeras culturas nacionais, fortalecendo os canais de comunicação entre grupos sociais e estados. Já o ProUni foi projetado tendo em vista a democratização do ensino superior e o preenchimento de cerca de 100 mil vagas inocupadas por indivíduos de classes sociais carentes (JÚNIOR *et al.*, 2012). Além de indígenas, negros(as), deficientes físicos e alunos(as) oriundos(as) do ensino médio público foram contemplados(as) pelo programa. No

início dos anos 2000, o número de indígenas matriculados em universidades girava em torno de 1.300, passando a 7 mil ao final do segundo mandato de Lula (2007-2010) (PALADINO, 2012).

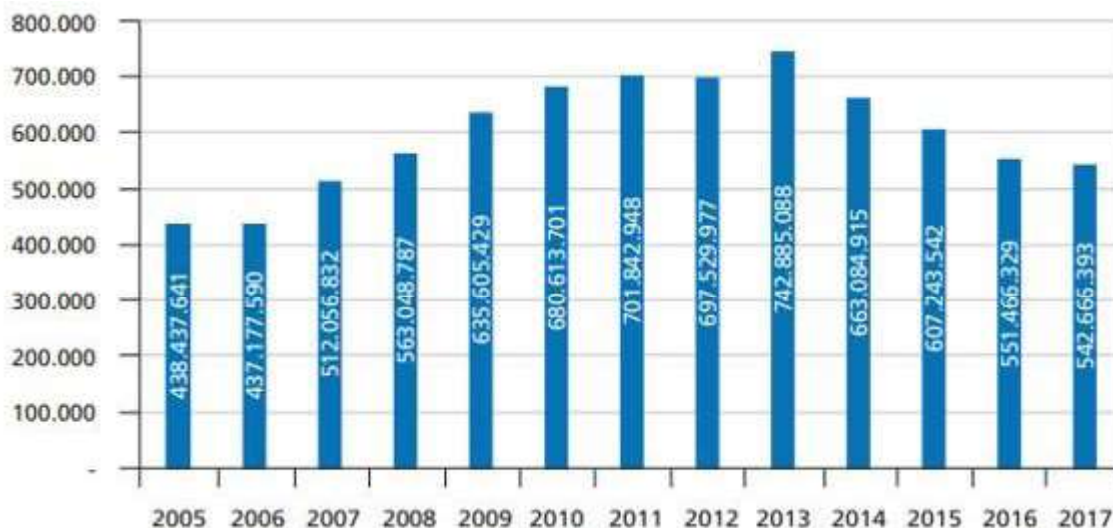
Quanto aos conflitos de terra, as razões não divergiram muito das de décadas anteriores. O cerne das discussões era o reconhecimento e a demarcação de territórios indígenas, sobretudo, na região amazônica. Uma das que mais se destacou nacionalmente foi a Raposa Serra do Sol, localizada no estado de Roraima e na fronteira com a Venezuela e a Guiana, e que ainda hoje é fonte de embates entre indígenas e garimpeiros. Outro ponto foi a construção da hidrelétrica de Belo Monte, ao norte do estado do Pará. Os projetos, que datam dos anos de regime militar, foram implementados – sob vários protestos e interrupções – durante a presidência de Lula, sendo finalizados somente em 2016.

Além disso, direitos territoriais indígenas mais amplos causariam efeitos na produção agrícola, afetando negativamente as exportações de *commodities* que alavancaram a economia brasileira no decurso da década de 2000. Os setores de extração mineral e de produção de energia também exerceram forte *lobby* para frear as reivindicações indígenas. O programa de desenvolvimento nacional desenhado por Lula e seus ministros considerava primordial o aumento das exportações de produtos de baixo valor agregado, minimizando, por vezes, as demandas indígenas e manifestando inconstância em suas decisões sobre o tema (COSTA, 2010). Dessa maneira, pode-se notar um movimento de avanços e retrocessos constantes durante a primeira década do século XXI. De acordo com Verdum (2009, p. 94),

O respeito ao direito interno de autonomia política desses povos e a reestruturação territorial do Estado não integra nem mesmo a agenda dos partidos políticos “progressistas”. É certo que houve alguns esforços nesse sentido, por exemplo, quando da concepção e implantação dos distritos sanitários especiais indígenas (DSEIs). Alguns agentes sociais, indígenas e não indígenas, viram ali a possibilidade dos DSEIs serem embriões de estruturas políticas mais amplas, para o exercício do direito à autonomia ou ao autogoverno indígena nas questões relacionadas com seus assuntos internos e locais, e para a gestão de seus territórios e recursos naturais. Mas a esse esforço seguiram-se movimentos contrários, que por diferentes perspectivas políticas e interesses econômicos, desqualificaram ou, até, criminalizaram iniciativas que pudessem caminhar nesse sentido.

A eleição de Dilma Rousseff em 2010 não foi muito alentadora para as causas indígenas. Agindo de maneira análoga a de seu antecessor, Dilma aprofundou as fissuras entre a classe política e os povos indígenas. Deu continuidade também à proposta desenvolvimentista encetada por Lula (COSTA, 2010) com bases extrativistas e incremento da produção agrícola. Em contrapartida, de acordo com o gráfico abaixo, as despesas totais da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) apresentaram uma curva descendente durante, notadamente, o segundo mandato de Dilma (2015-2016). Percebe-se que o início dessa queda coincidiu com os primeiros sintomas da crise econômica brasileira, o que pode ter atingido direta ou indiretamente a capacidade orçamentária da FUNAI no período indicado.

No que diz respeito à participação indígena na educação superior, a presidência de Dilma manteve algumas iniciativas do governo anterior, tais como a continuidade de políticas especiais de acesso em mais de 70 universidades (PALADINO, 2012). Os Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário também foram importantes fomentadores de projetos que visavam ao aperfeiçoamento e à otimização de técnicas produtivas de comunidades indígenas, tais como as Iniciativas Comunitárias, os Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI) e o Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) Indígena (VERDUM, 2017). Isso demonstra que não houve uma linearidade no que diz respeito ao relacionamento das populações indígenas com o Estado brasileiro até a destituição de Dilma Rousseff em 2016.

**Gráfico 1** – Despesas totais da FUNAI em milhões de reais (2005-2017)

Fonte: (SILVA; LUNELLI, 2020, p. 34).

As homologações de terras indígenas, assim como as despesas da FUNAI, indicam uma restrição das políticas públicas voltadas a esses grupos. Ao longo de seus pouco mais de cinco anos como chefe do executivo, Dilma homologou cerca de 21 territórios indígenas, o que equivaleu a menos de 30% dos números de Lula (79) que, por sua vez, correspondeu a quase 55% das terras homologadas por Fernando Henrique Cardoso (145) (CIMI, 2020). É bem verdade que, ao contrário de Lula e FHC, Dilma não logrou finalizar seus dois mandatos, o que a daria quase dois anos e meio a mais no cargo. No entanto, o que se pretende aqui é destacar que algumas reivindicações fundamentais dos povos indígenas lhes estão sendo negadas de forma gradativa. Quanto ao governo Temer (2016-2018) não houve homologação de terras indígenas, ilustrando, uma vez mais, a tendência ao cerceamento de seus direitos.

### O primeiro ano da presidência de Bolsonaro e as (des)políticas voltadas às causas ambiental e indígena

Os direitos indígenas foram delimitados de maneira breve – mas objetiva – nos artigos 215, 231 e 232 da Constituição Federal de 1988. Neles é possível observar tanto a garantia dada pelo Estado brasileiro à livre manifestação cultural e à utilização das terras ocupadas pelos seus ancestrais há séculos, como também à legítima reivindicação junto aos órgãos públicos caso essas condições sejam de alguma maneira violadas (BRASIL, 1988). Tais avanços constitucionais, entretanto, não têm sido integralmente respeitados. Uma das principais razões é o emprego do discurso imemorial de “trazer o índio para a civilização”, ignorando o fato de que essas populações já possuem tradições, modos produtivos e modelos de organização social milenares. Um dos adeptos dessa concepção é o presidente empossado em 2019.

Bolsonaro iniciou seu mandato editando uma Medida Provisória que deslocava a incumbência de demarcação de terras indígenas da FUNAI para o Ministério da Agricultura, pasta conduzida por expoentes ligados aos interesses ruralistas (FEARNSIDE, 2019). Apesar dessa ação não ter prosperado (VERDUM, 2020), a FUNAI foi um dos principais alvos do novo governo. Por não deter recursos financeiros e pessoal capacitado suficiente, o órgão não está apto a conduzir “sozinho ações relacionadas à saúde, à educação indígena e, de forma plena, à segurança alimentar, sem apoio e coordenação de outras estruturas de governo e da sociedade civil” (SILVA; LUNELLI, 2020, p. 37). Logo no começo, portanto, Bolsonaro indicou em que rumos suas (des)políticas voltadas às comunidades indígenas e à Amazônia seriam direcionadas.

Para além de seguir o ritmo descendente de seus antecessores quanto a investimentos e demarcações de terras indígenas, em seu primeiro ano Bolsonaro ainda aprofundou esses conflitos. Uma dessas ocasiões foi seu discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2019. Nele, Bolsonaro criticou movimentos indígenas brasileiros e apresentou Ysani Kalapalo como representante alternativa às lideranças há muito consolidadas, como o Cacique Raoni. O resultado foi a divulgação de inúmeras manifestações contrárias à fala de Bolsonaro, acusando-o de homogeneização cultural dos povos indígenas e de suas demandas. A questão de demarcação também foi fruto de conflitos.

No ano de 2019 não foi demarcada ou homologada nenhuma terra indígena pelo governo Bolsonaro (VERDUM, 2020). Como anteriormente citado, é fato que a tendência decrescente vem desde a transição FHC-Lula. No entanto, o governo Bolsonaro se diferencia pela excepcionalidade do aumento dos confrontos violentos em razão de invasões de terras indígenas, queimadas florestais ilegais em território demarcado e extração ilícita de recursos naturais (VERDUM, 2020) causados, em muitos casos, por grupos ligados ao agronegócio e que tentam intimidar/cooptar as comunidades indígenas a aderirem aos seus projetos de “desenvolvimento” (FEARNSIDE, 2019). Um dos caminhos para a amenização dessas hostilidades seria o reconhecimento dessas terras mediante sua homologação. Conforme a tabela abaixo, contudo, a situação parece estar orientada em outra direção.

**Tabela 1** – Homologações de terras indígenas por gestão presidencial

Governo	Período	Nº de homologações	Média anual
José Sarney	1985 — 1990	67	13
Fernando Collor de Melo	Jan. 1991 — Set. 1992	112	56
Itamar Franco	Out. 1992 — Dez. 1994	18	9
Fernando Henrique Cardoso	1995 — 2002	145	18
Luiz Inácio Lula da Silva	2003 — 2010	79	10
Silma Rouseff	Jan. 2011 — Ago.2016	21	5,25
Michel Temer	Ago. 2016 — Dez.2018	1	0,5
Jair Bolsonaro	Jan. 2019 — ————	0	0

Fonte: (CIMI, 2020, p. 53).

Esse comportamento colonialista de Bolsonaro frente às comunidades indígenas já era perceptível antes mesmo de sua posse. Em 2018, ao falar sobre as reservas indígenas e compará-las a zoológicos, Bolsonaro sugeriu que os territórios pertencentes aos índios seriam demasiado grandes e que estes, supostamente, estariam em estágios evolutivos menos avançados do que o restante da população brasileira (G1, 2018). Essa tentativa de questionar a validade de prerrogativas constitucionais, tais como os territórios indígenas, foi um dos artifícios utilizados por Bolsonaro no sentido de deslegitimar direitos que foram conquistados após séculos de lutas. O autoritarismo continua presente nas relações entre povos indígenas e Estado.

É precisamente neste ponto que se perde uma valiosa oportunidade de se manter tanto as culturas dos primeiros moradores dessas terras quanto o ecossistema que os envolvem. A negação da posse de territórios e a rejeição de costumes e modelos sociais indígenas, é um empecilho para a preservação, em especial, da Amazônia. A partir da sabedoria e de antigas habilidades sobre o espaço no qual habitam, muitas

dessas populações possuem a capacidade de regenerá-lo e mantê-lo, causando um mínimo de prejuízo para o meio-ambiente (WEBB, 2019; ELLWANGER et al., 2020). Isso acontece pois, para muitas culturas indígenas, o vínculo e o sentimento de pertencimento à terra são fundamentais para o entendimento de todas as relações sociais. É da floresta que retiram seu sustento, é dela que retiram os insumos para construir seus abrigos e é onde estão enterrados seus ancestrais. A floresta tudo provê.

Estes são alguns dos fatores que fazem com que essas contestações de territórios sejam ações genuínas. Apesar de não se ter a intenção de simplificar os modos de vida indígenas a partir de uma perspectiva instrumentalista, estes são bastante relevantes para o equilíbrio da floresta amazônica na medida que “protegem de muitos dos desastres naturais que afetam ambientes perturbados, como deslizamentos de terra e escassez de água, que estão aumentando devido às mudanças climáticas” (WEBB, 2019). Ademais, existem incontáveis espécies tanto da fauna quanto da flora que ainda não foram mapeadas pelos cientistas dentro do microambiente amazônico e que podem ser fonte de revoluções em vários campos da ciência.

O avanço sobre esses espaços, todavia, foi intensificado. Segundo estimativas de Casarões e Fletes (2019) as invasões às reservas indígenas aumentaram cerca de 150% após a vitória de Bolsonaro, assim como foram registrados 16 ataques a comunidades indígenas até setembro de 2019. Arelada a estas hostilidades esteve a agudização do discurso oficial da “garantia da soberania nacional”, o que significa que reservas indígenas em locais de fronteira seriam uma posição de fragilidade em caso de invasão estrangeira (FILHO, 2020). Daí a aparente necessidade de militarização desses espaços, com o intuito de salvaguardar o território nacional.

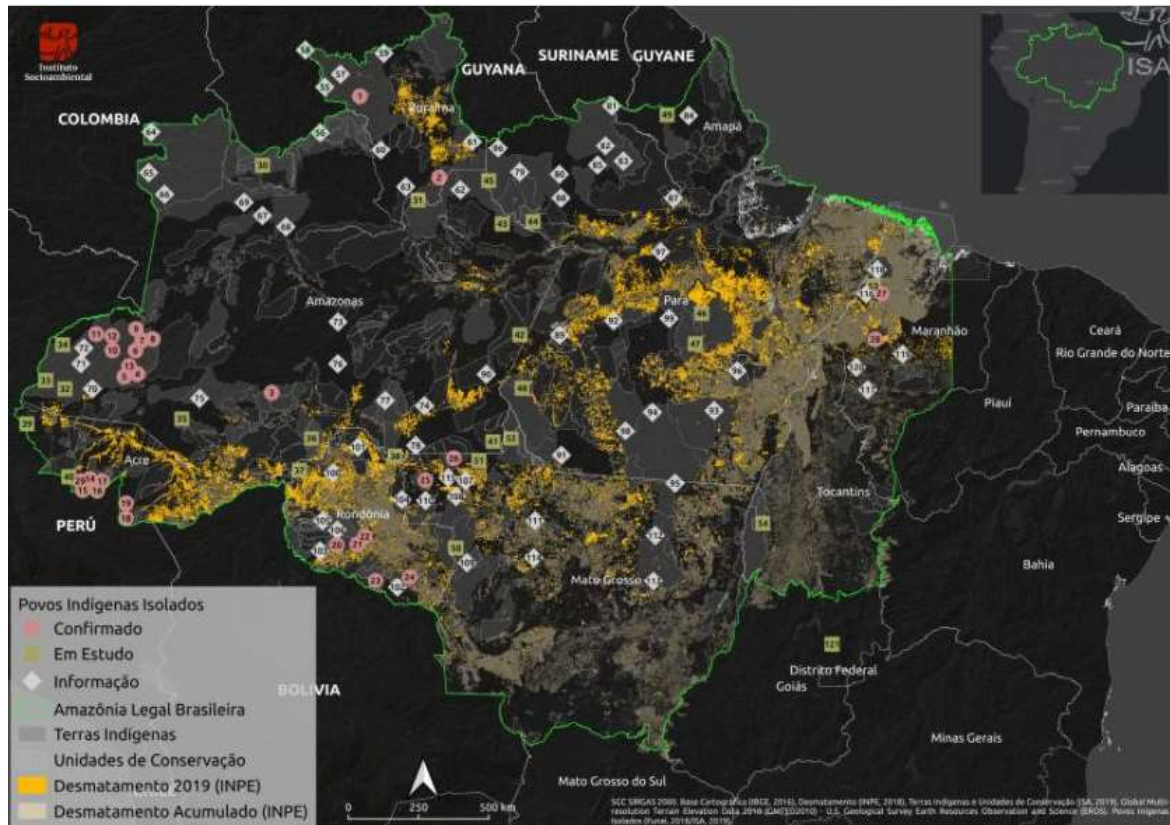
O pretexto “a Amazônia é nossa” é outro pilar que justificaria maior presença do Estado na região amazônica. De acordo com Bolsonaro, a finalidade de ocupação da Amazônia seria “desenvolvê-la”, cujas raízes podem ser observadas em planos que datam do início do século XX. Filho (2020, p. 5-6) explica as diferenças nas abordagens passadas e do atual governo:

Então, qual a novidade sob Bolsonaro? Trata-se, a meu juízo, de uma combinação peculiar. De um lado, há a reativação de concepções geopolíticas autoritárias baseadas em preceitos de “segurança nacional” e uma visão militarista de soberania, fundada na noção de “fronteira viva”, ou vivificada pelas já referidas atividades econômicas neoeextrativistas convencionais. [...] De outro, observa-se o desbloqueio absoluto – sem sequer um verniz de regulação – dos vetores que configuram a economia de fronteira [...], tais como: a reiteração do argumento xenófobo de que a interferência estrangeira em terras indígenas e na proteção ambiental dificulta o progresso do país, a que respondem as diretrizes de não demarcar mais Terras Indígenas, rever a criação de áreas protegidas e abrir tais territórios ao desenvolvimento comercial; a desarticulação do sistema de regulação ambiental, em especial a revisão em curso da legislação sobre licenciamento ambiental de empreendimentos.

As políticas intempestivas de parte da cúpula do governo também não colaboraram para uma mudança positiva de cenário. Estratégias malsucedidas do ex-Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, de fazer alterações no Fundo Amazônia custaram a suspensão dos financiamentos alemão e norueguês correspondentes a cerca de 70 milhões de dólares (CASARÕES; FLETES, 2019). As expectativas de reversão da decisão foram frustradas pela pronta resposta de Bolsonaro em tom agressivo e pouco diplomático direcionada tanto à Alemanha quanto à Noruega. Mais uma vez, a xenofobia se sobressaiu à preservação da floresta e de suas populações nativas.



**Figura 1** – Mapa da Amazônia Legal com informações sobre áreas desmatadas e localização de algumas populações indígenas



Fonte: (ISA, 2020, p. 9).

Esse comportamento do governo Bolsonaro, contudo, faz parte de um projeto bem delimitado e com objetivos claros. Um deles é a expansão da “fronteira agrícola”, direcionada especialmente para a pecuária extensiva e o plantio de soja para exportação. Além disso, a crescente militarização da região amazônica demonstra o *modus operandi* da atual gestão federal, tendo em vista que “Para piorar a situação, a administração Bolsonaro aparentemente encoraja as mortes extrajudiciais”<sup>2</sup> (CASARÕES; FLEMES, 2019, p. 9). Um dos indícios que apontam para a intensificação dos conflitos na região foi o aumento de mais de 61% no número de indígenas assassinados em 2020 em relação ao ano anterior (CIMI, 2020). Tal posicionamento do governo, todavia, é refletido na agenda de política externa do país e suas negociações comerciais.

A mais importante delas é a efetivação do acordo firmado entre Mercosul e União Europeia, em junho de 2019. Segunda maior parceira comercial do Brasil – com participação de 18% do total da balança comercial brasileira (CASARÕES; FLEMES, 2019) –, a UE tem a capacidade de exigir a elaboração de políticas ambientais mais severas e a proteção do território e seus elementos mediante sanções ou suspensões de importação em caso de não cumprimento dessas cláusulas. Tendo em vista que a soja e a pecuária são tanto destaques da economia agrícola nacional como fontes de conflitos entre ruralistas e indígenas, seria de grande interesse para o governo brasileiro a não paralisação desse comércio.

O fim de 2019, entretanto, trouxe outra preocupação para as comunidades indígenas, notadamente as amazônicas: a Covid-19. Inicialmente, a falta de estudos sobre a doença e a disseminação de informações inverídicas causaram temor em grande parte das sociedades mundiais. No Brasil, à medida que o vírus se alastrava e atingia todos os estados da federação foi possível notar que a política governamental de

<sup>2</sup> Traduzido do original: “To make matters worse, the Bolsonaro administration apparently encourages extrajudicial killings”.

marginalização dos povos indígenas foi não só mantida como acentuada. A luta agora não era só pela garantia de seus direitos territoriais e de reconhecimento cultural, mas sim pelo acesso a atendimento médico, medicamentos e condições sanitárias essenciais à sobrevivência. Além da nova doença, era preciso resistir às investidas daqueles que deveriam protegê-los.

### **Covid-19 e o governo Bolsonaro: duas frentes de batalha indígena**

A situação vivida pelos indígenas desde a eleição de Bolsonaro se agravou com a chegada da Covid-19 no país. Se em condições sanitárias adequadas o enfrentamento à pandemia já se mostrou árduo, a logística para proteger as comunidades indígenas em plena Amazônia tem se provado um trabalho ainda mais hercúleo. Fora as dificuldades no transporte e localização dessas populações, ainda há, em alguns casos, a oposição entre as técnicas científicas de manejo da doença e as práticas medicinais de cada tribo que, de acordo com a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, devem ser respeitadas (RIBEIRO; ROSSI, 2020). No entanto, os órgãos públicos carecem amplamente de recursos e pessoal capacitado para tais empreitadas.

De acordo com dados da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB, 2020), entre abril e junho de 2020 (um dos intervalos mais críticos da pandemia no país), a FUNAI gastou apenas 1,18% do orçamento destinado à proteção das populações indígenas durante a pandemia de Covid-19, período no qual também se verificou que as mortes de índios saltaram de 7 para 383. Para alguns autores (ABRUCIO et al., 2020), a pandemia evidenciou o embate entre duas coalizões políticas distintas: de um lado, os que se mantiveram fiéis à CF/1988 e preservaram o diálogo; em contrapartida, os representantes bolsonaristas, alinhados à figura do ex-presidente norte-americano Donald Trump (2017-2021), pregaram a redução da participação do Estado no sentido de implementação de políticas públicas voltadas às minorias.

Isso pode sugerir que algumas decisões foram tomadas em desacordo com os interesses e o bem-estar de uma parcela significativa dos indígenas. Reforça esse argumento o fato de ter havido um encolhimento da ordem de R\$ 100 milhões entre abril e maio de 2020 nos montantes enviados à saúde indígena, se comparados com o mesmo intervalo do ano anterior (APIB, 2020). Muito embora tenha sido aprovada pelo Congresso a permissão para romper com o teto de gastos e aumentar o endividamento público, as quantias encaminhadas às comunidades indígenas foram abaixo dos valores de 2019 (SCHREIBER, 2020). Ao fim de novembro de 2020, ainda, a FUNAI havia despendido pouco mais da metade (52%) de seus recursos para o enfrentamento à pandemia (SARAIVA, 2020).

Nesse sentido, Bolsonaro deu mais um indício de negligência para com a proteção dos índios. O Projeto de Lei (PL) nº 1142/2020 versava sobre as políticas de salvaguarda indígena durante a pandemia de Covid-19. Bolsonaro, com sua prerrogativa de chefe do Executivo, fez desse PL o mais vetado da história do Brasil. Ao todo, 16 pontos foram rejeitados pelo presidente, entre eles o dever do Estado em fornecer água potável a essas comunidades, viabilizar a oferta de produtos de higiene e limpeza, distribuir cestas básicas, facilitar o acesso ao auxílio emergencial e aumentar o número de leitos hospitalares disponíveis. Diante da negação do Executivo em prestar tal apoio, o Judiciário, na figura do ministro do STF, Luís Roberto Barroso, teve de agir.

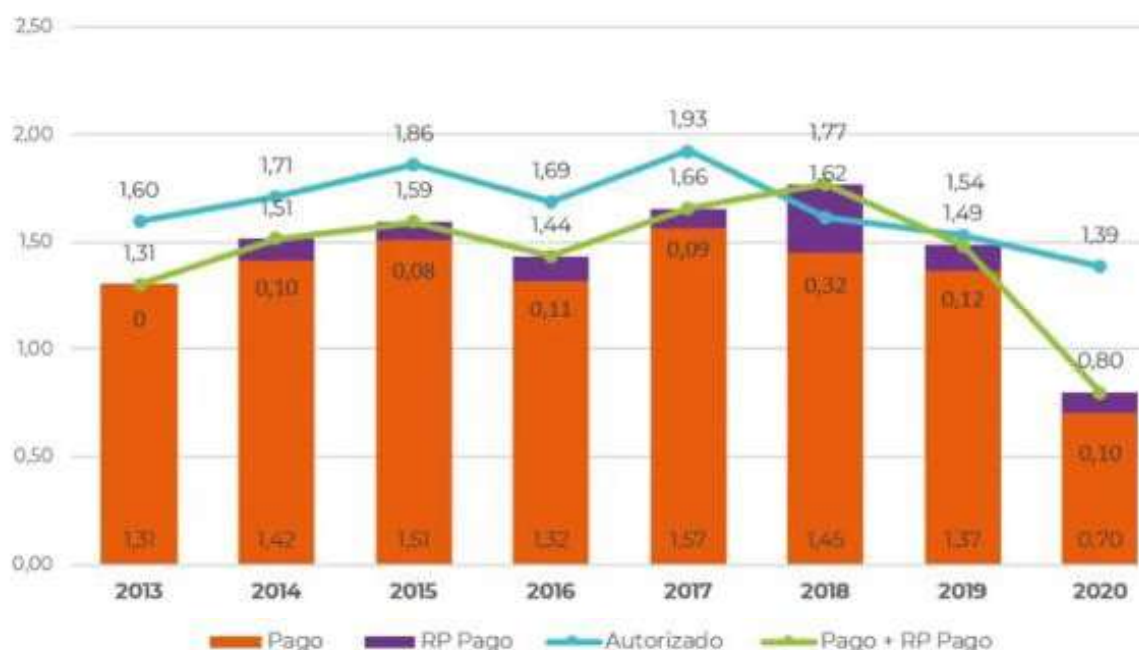
Coube a Barroso intervir e delimitar que medidas fossem tomadas pelo governo para permitir o acesso de todos os indígenas ao Sistema Único de Saúde (SUS), a formulação de barreiras sanitárias que reduzissem as possibilidades de contágio indígena e a estruturação de um plano – em coparticipação com esses povos – de combate à pandemia (CIMI, 2020). O resultado, no entanto, foi um cenário diferente. De acordo com relatos de membros da APIB, o comitê formado pelo governo – representado pelo General



Augusto Heleno, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional – para debater as medidas de combate à Covid-19 foi instrumento de coação, humilhação e ameaça, sobretudo quando da utilização de palavras inapropriadas e insultos (“cínicos, levianos e covardes”) direcionados aos indígenas presentes (FALCÃO; VIVAS, 2020).

Como consequência desse tratamento, a APIB decidiu conduzir ela mesma algumas iniciativas em socorro aos índios. Com o intuito não de preencher as funções do Estado, mas sim lutar pela sobrevivência das aldeias, a APIB deu início a um movimento chamado “Emergência Indígena” com a intenção de arrecadar fundos para adquirir e distribuir “testes rápidos, materiais de higiene, equipamentos de proteção individual, cilindros de oxigênio, concentradores, e viabilizamos a instalação de Unidades de Atenção Primária Indígena (UAPIs) em vários territórios” (APIB, 2020, p. 6). Enquanto as organizações indígenas se reúnem para fornecer amparo a seus povos, os orçamentos de outros programas públicos de proteção indígena são comprimidos.

**Gráfico 2** – Execução do orçamento da ação 20YP “Saúde Indígena”, em bilhões de reais (2013-2020)



Fonte: (SARAIWA; CARDOSO, 2020, p. 6).

A iniciativa 20YP (Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena), executada pela Secretaria Especial de Saúde Indígena, é uma das principais ações do Estado brasileiro para essas comunidades. Conforme as informações do gráfico apresentado acima, tanto os valores autorizados quanto os efetivamente pagos são os menores no horizonte de, pelo menos, oito anos. O ano de 2019 já indicava uma tendência de decréscimo comparativamente aos dois anos anteriores. Na visão de Saraiva (2020, p. 2) “O baixo índice de execução orçamentária é emblemático da fragilização da política indigenista que, esvaziada de pessoal, corpo técnico e prioridade política, ausenta-se de cumprir seus deveres constitucionais”.

Outra evidência é a permissividade por parte do governo federal em relação ao avanço de fazendas voltadas à produção agrícola e pecuária sobre terras indígenas. Calcula-se que até maio de 2020 o governo tenha legalizado 114 propriedades através do Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) em territórios indígenas pendentes de homologação, o que equivale a mais de 250 mil hectares de extensão (APIB, 2020). Tudo isso em meio a um dos maiores desastres sanitários já vividos por essas populações. Em comparação com o

tamanho de São Paulo, esses números representam quase o dobro da superfície da maior cidade brasileira. Não bastasse isso, os estados do Mato Grosso, Pará e Tocantins concentram o maior número de queimadas ilegais do país, juntamente com os índices mais expressivos de perda de floresta em pé (APIB, 2020), estados que fazem parte do denominado “Arco do Desmatamento”.

A gestão de Bolsonaro, no que diz respeito aos estados amazônicos de uma maneira geral, tem excluído deliberadamente as lideranças locais e os governadores do processo de tomada de decisão, prejudicando esforços cooperativos no combate ao vírus. Um dos pilares da política bolsonarista é o embate frequente com inimigos (reais ou imaginários) com o propósito de consolidar seu eleitorado fiel e assim reiterar sua (enganosa) imagem de outsider (ABRUCIO et al., 2020). O diálogo entre distintas esferas governamentais, portanto, não é uma das práticas mais usuais de Bolsonaro, principalmente quando na outra ponta se encontra alguém que considere uma ameaça à sua posição.

Os efeitos dessa desordem política e sanitária não recaem somente nos indígenas senão também na floresta amazônica como um todo. O descaso com a região fez com que os índices de desmatamento saltassem 34,5% entre agosto de 2019 e julho de 2020, totalizando uma área de cerca de 9.205 km<sup>2</sup> (APIB, 2020). A perda de área verde pode causar consequências para a saúde pública para além dos efeitos do famigerado aquecimento global. Uma delas pode ser um impacto no ciclo reprodutivo e nos modos de infecção de diversos agentes patogênicos, como por exemplo os responsáveis pela febre amarela, o zika vírus, a malária e chikungunya (ELLWANGER et al., 2020). Apesar de estudos apontarem para essa correlação ainda é preciso um adensamento das pesquisas para que análises nesse sentido possam trazer resultados mais concretos. Quanto à Covid-19, em princípio, não existe relação direta entre desmatamento e sua disseminação.

Contudo, a má condução da crise sanitária da Covid-19 pelo governo Bolsonaro continua causando prejuízos à população amazônica. Em seu esforço para enfraquecer todos os programas e políticas dos governos anteriores, Bolsonaro esvaziou a iniciativa “Mais Médicos” criada em 2013 pela então presidente Dilma Rousseff. Seu propósito inicial era melhorar as condições de trabalho e atrair profissionais para as regiões mais longínquas e carentes do país, uma vez que não havia grande procura por essas vagas até então. Nas comunidades indígenas mais afastadas, os médicos cubanos preenchiam cerca de 90% dessas vagas e, de acordo com relatos indígenas, tinham estilos de atendimento que permitiam maior proximidade com os pacientes (SCHREIBER, 2020). Após a saída desses profissionais, as mortes de bebês indígenas cresceram quase 12% (FELLET, 2020).

Isso se reflete também no número de contaminados e nos óbitos de indígenas durante a pandemia. Dos 305 diferentes povos que habitam o Brasil, 162 já foram afetados, o que resulta em quase 62 mil casos confirmados e 1238 mortes (das quais 811 se concentram em estados amazônicos) até o início de dezembro de 2021 (APIB, 2021). Ainda segundo a APIB (2021) o racismo institucional, as fake news e a relativização da Covid-19 por parte de Bolsonaro são uma das principais motivações para a situação delicada em que as comunidades indígenas se encontram, em especial as etnias Xavante, Kokama, Guajajara e Macuxi.

A interligação dessas informações de maneira superficial seguida da alegação irrefutável de que há uma política oficial de extermínio aos indígenas dentro do governo de Jair Bolsonaro é, contudo, não só precipitada, mas também incauta. Muito embora haja diversas amostras de irresponsabilidade por parte deste governo, é necessário tanto um maior horizonte temporal quanto pesquisas científicas com maior consistência para daí então desenvolverem-se análises mais assertivas. A tarefa de identificar padrões de transmissibilidade, interferência ou não de condições climáticas e graus de vulnerabilidade dentro dos estratos sociais é de extrema complexidade, bem como acompanhar os deslocamentos dos indivíduos dentro de um território com a intenção de investigar o rastro de contaminação (VERDUM, 2020).

Um dos próximos passos que merecem atenção dentro dessa lógica da necessidade de estudos científicos mais aprofundados da realidade atual é o desenvolvimento e a aplicação de vacinas. Uma vez mais, as perspectivas não se mostram positivas. Ainda que tenham sido incluídos entre os grupos prioritários iniciais, até o dia 17 de fevereiro de 2021 haviam sido vacinados somente 164.592 indígenas dos 431.983 previstos, fazendo com que a soma de índios vacinados em todos os estados da Amazônia Legal fosse menos de 50% do total (DANTAS, 2021). Em alguns outros casos, informações falsas sobre os efeitos dos imunizantes induzem caciques a boicotar a imunização de sua comunidade, como relatado, por exemplo, nas Unidades Descentralizadas de Vigilância Epidemiológica (UDVES) de Xanxerê e Rio do Sul, ambas em Santa Catarina (DANTAS, 2021).

O caminho para rastrear a fonte primária dessas informações é intrincado e, em muitos casos, não rende frutos concretos. Contudo, dado o histórico de sua eleição e algumas investigações subsequentes que investigavam seus filhos (com destaque para Carlos Bolsonaro) relacionadas ao emprego de robôs na dispersão de notícias falsas sobre adversários políticos e outras pautas convenientes, é plausível presumir que o atual presidente tenha influenciado – mesmo que indiretamente – na recusa de uma parte da população em se imunizar, temendo potenciais efeitos colaterais. Ao se fazer um recorte apenas dos indígenas, vê-se que esse receio pode ser muito mais profundo em virtude do descaso histórico que essas comunidades sofrem no que diz respeito ao acesso a direitos sociais básicos (APIB, 2020; RIBEIRO e ROSSI, 2020; VERDUM, 2020).

## Conclusão

Após a análise das informações acima é possível compreender de maneira mais clara quais métodos foram empregados no decorrer dos últimos anos, notadamente de 2019 até o presente, para solapar a rede de proteção indigenista e amazônica. Percebe-se a existência de uma potencial agenda extraoficial do governo Bolsonaro deliberadamente direcionada à inércia no que diz respeito à preservação cultural dos índios brasileiros e de seus territórios. Indicadores de tal conduta são a instrumentalização da FUNAI de acordo com os interesses da presidência, bem como a diminuição de seu orçamento. Os crescentes entraves para a obtenção de homologações de terras indígenas também são outro fator a corroborar essa análise.

O artigo procurou examinar também a orientação de ex-chefes do poder Executivo relativamente à causa indígena e inferiu que, mesmo não destoando muito de políticas anteriores, Bolsonaro não só deu continuidade a elas como encontrou formas de acentuá-las. Além disso, suas falas com traços colonialistas e sua proximidade com o setor agropecuário põem em risco o bem-estar de aldeias e comunidades inteiras, cujas terras, por vezes, são limítrofes às áreas de fronteira agrícola. O incentivo de Bolsonaro à facilitação de posse de arma também não colabora para a resolução desse tema, concedendo, ainda que de maneira abstrata, maior autoridade e respaldo aos invasores.

A chegada da Covid-19 ao Brasil trouxe mais elementos para esse já tumultuado panorama. Além de terem de lidar com manifestações de ódio e perseguição, as populações indígenas têm agora de enfrentar um inimigo bem menos barulhento. A Covid-19 expôs a total incapacidade do atual governo em gerenciamento de crises, especialmente quando estas afetam integrantes de grupos minoritários da sociedade. Por isso, não é surpresa que os indígenas sofram com o descaso e a falta de recursos no combate a um vírus que pode ter o potencial de atingir essas comunidades com maior força. Esse ponto, porém, é um dos que carece maior intervalo de tempo e pesquisas mais detalhadas para comprovar sua validade.

As alternativas ao quadro desastroso mencionado anteriormente se encontram para além do indispensável suporte financeiro do governo federal. Perpassam pela fiscalização e transparência dos gastos

e das condutas dos órgãos responsáveis pela sua preservação; dizem respeito à manutenção e ampliação dos programas sociais criados para valorizar as culturas nativas do Brasil; significam garantir que esses povos tenham prioridade na imunização contra a Covid-19; e, por fim, impõem a retomada da homologação de suas terras a fim de regularizá-las e, com isso, evitar possíveis invasões.

Em suma, este estudo se propôs a debater questões que são ainda muito recentes e, por isso, com poucas fontes de pesquisa. Dadas as crises (política, ambiental, social, sanitária e econômica) instaladas no país e o início de um ano preparatório para as eleições de 2022, há ainda muito por vir no relacionamento entre os povos indígenas e o governo de Bolsonaro. O certo é que a pandemia está longe de ser atenuada no Brasil e, caso o processo de imunização siga seu ritmo corrente, as 305 etnias indígenas presentes no país serão severamente impactadas.

## Referências

- ABRUCIO, F. L.; *Et al.* Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 663-677, 2020.
- ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL - APIB. **Nossa luta é pela vida**. 2020.
- ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL - APIB. **Emergência Indígena**, 2021. Página Inicial. Disponível em: <<https://emergenciaindigena.apiboficial.org/>>. Acesso em: 23 fev. 2021.
- BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CASARÕES, G.; FLEMES, D. Brazil First, Climate Last: Bolsonaro's Foreign Policy. **GIGA Focus**, Hamburgo, n. 5, p. 1-13, 2019.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI. **Violência contra os Povos Indígenas no Brasil**. Brasília, 2020.
- COSTA, S. Muito além da mestiçagem: anti-racismo e diversidade cultural nos governos Lula. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n. 3, p. 277-287, 2010.
- DANTAS, C. 71% dos indígenas aldeados da Amazônia não foram vacinados contra Covid, indicam dados do governo. **G1**, 18 de fev. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/02/18/71percent-dos-indigenas-aldeados-da-amazonia-nao-foram-vacinados-contra-covid-indicam-dados-do-governo.ghtml>>. Acesso em: 22 fev. 2021.
- ELLWANGER, J. H.; *Et al.* Beyond diversity loss and climate change: Impacts of Amazon deforestation on infectious diseases and public health. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, Rio de Janeiro, v. 92, n. 1, p. 01-33, 2020.
- FALCÃO, M.; VIVAS, F. Entidade de indígenas diz ao STF que reunião com governo sobre a pandemia foi 'humilhante'. **G1**, Brasília, 20 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/20/entidade-de-indigenas-diz-ao-stf-que-reuniao-com-governo-sobre-a-pandemia-foi-humilhante.ghtml>>. Acesso em: 22 fev. 2021.
- FEARNSIDE, P. M. Retrocessos sob o Presidente Bolsonaro: Um Desafio à Sustentabilidade na Amazônia. **Sustentabilidade International Science Journal**, v. 1, n. 1, p. 38-52, 2019.
- FELLET, J. Após saída de médicos cubanos, mortes de bebês indígenas crescem 12% em 2019. **BBC News**, São Paulo, 02 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51593460>>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- FILHO, H. T. B. Bolsonaro, Meio Ambiente, Povos e Terras Indígenas e de Comunidades Tradicionais: uma visada a partir da Amazônia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 1-9, 2020.
- Índios em reservas são como animais em zoológicos, diz Bolsonaro. **G1**, Brasília, 30 de nov. de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2018/11/30/indios-em-reservas-sao-como-animais-em-zoolgicos-diz-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA. Ameaças e violação de direitos humanos no Brasil: Povos indígenas isolados. 2020.

JÚNIOR, J. F.; *Et al.* Ação afirmativa, raça e racismo: uma análise das ações de inclusão racial nos mandatos de Lula e Dilma. **Revista Ciências Humanas**, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 399-414, 2012.

PALADINO, M. Algumas notas para a discussão sobre a situação de acesso e permanência dos povos indígenas na educação superior. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, Número especial, p. 175-195, 2012.

RIBEIRO, A. A.; ROSSI, L. A. Pandemia covid-19 e motivações para procura pelo Sistema Único de Saúde em aldeias indígenas. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, p. 1-6, 2020.

SARAIVA, L.; CARDOSO, A. INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - INESC. **Nota técnica:** Execução Orçamentária da Saúde Indígena diante da pandemia do novo coronavírus de 19 de agosto de 2020. Disponível em: <[https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Nota-Te%CC%81cnica-de-Sau%CC%81de-Indi%CC%81gena\\_V02.pdf?x98583](https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Nota-Te%CC%81cnica-de-Sau%CC%81de-Indi%CC%81gena_V02.pdf?x98583)>. Acesso em: 18 fev. 2021.

SARAIVA, L. Funai gastou apenas 52% dos recursos para enfrentamento da Covid entre indígenas. **INESC**, Brasília, 15 de dez. de 2020. Disponível em: <<https://www.inesc.org.br/funai-gastou-apenas-52-dos-recursos-para-enfrentamento-da-covid-entre-indigenas/>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

SCHREIBER, M. Por que Bolsonaro está sendo acusado de colocar indígenas em risco em meio à pandemia de covid-19. **BBC News**, Brasília, 11 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53375095>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

SILVA, F. A. B. da; LUNELLI, I. C. **Estudo sobre orçamento indigenista federal:** desafios e limitações aos direitos e políticas públicas voltadas aos povos indígenas no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Rio de Janeiro, 2020.

VERDUM, R. **Povos Indígenas, Constituições e Reformas Políticas na América Latina.** Instituto de Estudos Socioeconômicos, Brasília, 2009.

VERDUM, R. **Violência contra os Povos Indígenas no Brasil.** Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Brasília, 2017.

VERDUM, R. **Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2019.** Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Brasília, 2020.

WEBB, J. Indigenous-led Conservation in the Amazon: A win-win-win solution. **Amazon Frontlines**, 2019. Disponível em: <<https://www.amazonfrontlines.org/chronicles/indigenous-conservation-amazon/>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

Submetido em: 20.07.2021

Aceito em: 06.12.2021